



**Excelentíssimo Senhor
Presidente da Assembleia Legislativa
da Região Autónoma dos Açores**

Assunto: Contratos de avença e contratos de prestação de serviços na Administração Pública Regional

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda/Açores entrega à Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e a V. Ex.^a, para efeito de admissão, requerimento e perguntas com pedido de resposta por escrito dirigido ao Governo Regional, nomeadamente à **Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública**.

Angra do Heroísmo, 7 de outubro de 2022

Com os melhores cumprimentos,

O Grupo Parlamentar do BE/Açores

(António Lima)

(Alexandra Manes)

Exmo. Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

No passado dia 8 de setembro, a Direção Regional da Organização, Planeamento e Emprego Público emitiu uma circular (Circular/DROPEP/2022/2), com o assunto “pedidos de autorização para a celebração de contratos de prestação de serviços”.

Neste documento, o Governo assume que houve um “significativo aumento, durante este primeiro semestre de 2022, de pedidos dos vários departamentos governamentais para a celebração de contratos de prestação de serviços, regra geral, para a satisfação de necessidades permanentes e como forma de colmatar a falta de recursos humanos afetos ao normal desenvolvimento das suas atividades”.

Esse reconhecimento de que os vários departamentos do Governo, de uma forma generalizada, demonstram com muita frequência a intenção de responder a necessidades permanentes com recurso a contratos precários (prestação de serviços ou avença) é, por si só, muito grave, porque demonstra que é a própria administração pública a promover situações de trabalho precário.

Aliás, a emissão da circular supracitada, por si só, demonstra a necessidade que o Governo Regional tem em esclarecer internamente o porquê de recusar a celebração de contratos de prestação de serviços que os próprios departamentos governamentais reconhecem como necessidades permanentes e como forma de colmatar a falta de recursos humanos ao normal desenvolvimento das atividades.

A referida circular é muito clara quando refere que “a celebração de contratos de prestação de serviços deve assumir um caráter excecional”.

E descreve, inclusivamente, de forma explícita, quais as normas que devem ser seguidas para o preenchimento de necessidades permanentes e para o preenchimento de necessidades temporárias: “a ocupação dos postos de trabalho que se revelem necessários à execução da normal atividade dos serviços deve operar por recurso a trabalhadores com relação jurídica de emprego já constituída na administração pública regional, e, esgotada esta possibilidade,

mediante a constituição de novas relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado - nos limites e condições legalmente definidos – exceto quando tais atividades sejam de natureza temporária, caso em que o recrutamento é efetuado com recurso à constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo determinado ou determinável”.

O Governo cita mesmo o artigo 10º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, que determina que "o contrato de prestação de serviços para o exercício de funções públicas é celebrado para a prestação de trabalho em órgão ou serviço sem sujeição à respetiva disciplina e direção, nem horário de trabalho”.

E vai mais longe, clarificando que “quando a execução dessas atividades, permanentes ou temporárias, pressuponha a realização de trabalho subordinado, tal execução deverá dar lugar à constituição de vínculo de emprego público, em regra, contrato de trabalho em funções públicas”.

O conteúdo da circular revela a intenção de proceder a uma prática correta: contratos de trabalho por tempo indeterminado para responder a necessidades permanentes e contratos de prestação de serviços apenas em situações excecionais para responder a necessidades temporárias e para tarefas que não impliquem trabalho subordinado nem horário de trabalho.

Mas a prática deste governo revela exatamente o contrário.

O Bloco de Esquerda tem conhecimento da existência de um número considerável de trabalhadores e trabalhadoras em diversos departamentos governamentais com contrato de avença ou prestação de serviços que estão a desempenhar funções de carácter permanente e têm uma relação de trabalho subordinado, com local de trabalho e horário definido (muitos dos quais são mesmo obrigados a efetuar o registo digital da hora de entrada e saída).

Esta prática contraria a legislação em vigor (LTFP), contraria as orientações da DROPEP e constitui um abuso laboral inaceitável, que promove a precariedade dentro da própria administração pública.

É fundamental fazer um levantamento, ao pormenor, de todos os trabalhadores que têm um contrato de avença ou prestação de serviços com a administração pública que estão a preencher necessidades permanentes, que têm trabalho subordinado, local de trabalho e horário de trabalho definido.

Os trabalhadores que cumpram estes requisitos não podem ser prejudicados pela irresponsabilidade do Governo. Por isso, é necessário criar mecanismos de integração na administração pública com contrato por tempo indeterminado, para que seja reposta a justiça.

É tão importante que o Governo emita orientações para evitar novas situações de trabalho precário na administração pública como tome a iniciativa de corrigir, com justiça, as situações de precariedade já criados nos últimos anos. E isso só pode passar pela integração nos quadros dos trabalhadores que estão atualmente em situação de contrato de “falsas avenças” e “falsas prestações de serviço”.

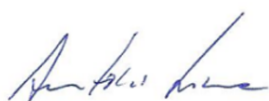
Assim, nos termos estatutários e regimentais e atendendo ao exposto, o Grupo Parlamentar do BE/Açores solicita o pedido de resposta de V.^a Ex.^a às seguintes questões:

1 – Qual o número de trabalhadores e trabalhadoras com contrato de prestação de serviços ou contrato de avença atualmente na administração pública regional? Solicita-se os dados desagregados por departamento governamental, com a indicação da finalidade do serviço, a respetiva duração do contrato, o local de trabalho e o horário de trabalho. Solicita-se ainda cópia de todos os contratos, naturalmente com a ocultação dos dados pessoais dos trabalhadores e das trabalhadoras em causa.

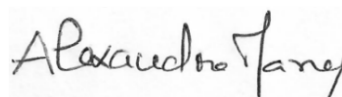
2 – Nos casos em que se confirme a existência de trabalhadores e trabalhadoras com contratos de avença ou prestação de serviços que estejam a desempenhar funções de caráter permanente e com uma relação de trabalho subordinado, com local de trabalho e horário definido, o Governo Regional pretende implementar mecanismos de integração nos quadros? De que forma?

Angra do Heroísmo, 7 de outubro de 2022

O Grupo Parlamentar do BE/Açores



(António Lima)



(Alexandra Manes)